

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL

VOLUME II - ANEXOS

SELMA RODRIGUES

**Curso de Mestrado em
Ambiente, Território e Desenvolvimento Sustentável**

OUTUBRO, 2011



ANEXO I

- CRONOLOGIA DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
A NÍVEL INTERNACIONAL E NACIONAL -

ESTOCOLMO- 1972

O caminho percorrido na avaliação da necessidade da construção dessa mentalidade ambiental, consta das recomendações de diversos antecedentes históricos, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Junho de 1972, conhecida como a “Conferência de Estocolmo”. Esta Conferência contou com representantes de 113 países, estabelecendo-se uma visão global e princípios comuns que servissem de orientação à humanidade para a preservação e a melhoria do ambiente (IPAMB, 1997).

Durante a Conferência, foi concebido o Plano de Acção Mundial, e em particular, recomendou-se que deveria ser estabelecido um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA).

A recomendação n.º 96 da Conferência, reconhecia o desenvolvimento da Educação Ambiental como elemento fundamental no combate à crise ambiental do Mundo, pelo que a UNESCO e o PNUA criaram o IEEP - *International Environmental Education Programme* (PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental) (IPAMB, 1997). O IEEP tem como objectivos a compilação e sistematização da informação relativa à EA, o estudo, ensaio e desenvolvimento de projectos experimentais em todo o mundo e o estímulo ao intercâmbio de informações sobre políticas e estratégias de EA (IPAMB, 1997).

Refira-se também que foi nesta Conferência que ficou institucionalizado o dia 5 de Junho como o Dia Mundial do Ambiente, que pretende recordar a nossa responsabilidade sobre o planeta (CNA, 1972).

BELGRADO – 1975

A Carta de Belgrado, surge em 1975, no Seminário Internacional de Educação Ambiental em Belgrado e alerta para os inúmeros problemas ambientais existentes, e para a urgência de medidas de gestão ambiental que visem a melhoria do ambiente e a qualidade de vida das comunidades. A Carta de Belgrado constituiu o primeiro documento oficial dedicado integralmente à EA (CARAPETO, 1998).

Deste modo, e segundo o Congresso de Belgrado, a Educação Ambiental define-se como um processo que pretende “formar uma população Mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o sentido de espírito, as motivações e o sentido de participação, empenhamento que lhe permitam trabalhar individualmente, ou colectivamente para resolver os problemas actuais e impedir a sua repetição” (PNUA, 1975).

De acordo com FERNANDES (1983), foi também referido na Conferência de Belgrado, a importância da participação dos cidadãos na resolução dos problemas do meio ambiente e desenvolvimento. Pretendia-se aumentar a consciência das populações em relação ao ambiente, bem como consagrar a opinião pública e da administração em questões ambientais.

Segundo a Carta de Belgrado, foram definidos vários objectivos específicos em relação à Educação Ambiental e participação dos cidadãos:

- Tomada de Consciência, isto é, informar a população Mundial da complexidade dos problemas ambientais;
- Conhecimentos, esclarecer a população em relação ao ambiente, bem como as inter-relações Ambiente-Homem e a responsabilidade que este último tem;
- Atitudes, desenvolver actividades cujo objectivo seja preservar e melhorar o ambiente;
- Competências, atribuir competências que permitam a resolução de problemas ambientais;
- A Capacidade de Avaliação, contribuir para que os indivíduos e os grupos sociais possam avaliar as medidas e os programas de Educação Ambiental, em função de factores ecológicos, políticos, económicos, sociais, estéticos e educativos.
- A Participação, contribuir para o desenvolvimento do sentido de responsabilidade e urgência dos indivíduos e grupos sociais, para a tomada de medidas para a resolução das questões ambientais (PNUA, 1975).

De todos estes objectivos é importante salientar, a divulgação para o conhecimento geral da população, dos problemas ambientais e das soluções apresentadas, de modo a fomentar a participação pública, responsabilizando cada cidadão.

1. A EA deve considerar o ambiente na sua globalidade, natural criado pelo homem, ecológico, político, económico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético;
2. A EA deve ser um processo contínuo, extensivo à vida inteira, tanto escolar como extra-escolar;
3. A EA deve adoptar uma abordagem interdisciplinar;
4. A EA deve sublinhar a importância duma participação activa na prevenção e na solução dos problemas postos pelo ambiente;
5. A EA deve examinar as principais questões de ambiente numa perspectiva mundial, respeitando, no entanto, as diferenças regionais;
6. A EA deve basear-se na situação actual e futura do ambiente;
7. A EA deve examinar as questões de desenvolvimento e de crescimento, do ponto de vista do ambiente;
8. A EA deve insistir na necessidade duma cooperação local, nacional e internacional para resolver os problemas do ambiente.

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL/ CARTA DE BELGRADO

FONTE: TEIXEIRA, 2003

[TBILISI - 1977](#)

Em cumprimento à recomendação n.º 96 da Conferência de Estocolmo, em Tbilisi (Geórgia, em 1977), decorreu a Primeira Conferência Intergovernamental em Educação Ambiental, organizada pela UNESCO, em colaboração com o PNUA (FERNANDES, 1983).

A Conferência de Tbilisi, como ficou consagrada, foi o ponto culminante da primeira fase do IEEP iniciado em 1975 pela UNESCO/PNUA em Belgrado (1975), com actividades celebradas em África, Estados Unidos, Ásia, Europa e América Latina (CARAPETO, 1998).

A referida conferência constitui um marco histórico da EA, contribuindo para precisar a sua natureza, os seus princípios e orientações, assim como na implementação de estratégias pertinentes no Plano Nacional e Internacional, para os diferentes grupos etários, dentro e fora dos sistemas formais de educação (IPAMB, 1997).

De acordo com a mesma fonte, esta Conferência, dirige uma chamada de atenção aos Estados Membros para que estes reformem o sistema educativo, complementando-o com a componente ambiental. Propõe também que estes, promovam o intercâmbio de experiências, ideias, investigação, conclusões, documentação e recursos materiais e humanos, se tal for necessário.



DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

FONTE: TEIXEIRA, 2003

Em Portugal, apesar da primeira Associação de Defesa do Ambiente ter sido criada em 1948, designada por Liga para a Protecção da Natureza (LPN), só em 1971, surge a primeira estrutura ligada à protecção do ambiente e conservação da natureza criada pelo Governo, a Comissão Nacional do Ambiente (CNA), ano em que foi também criado o primeiro e único Parque Nacional em Portugal, o Parque Nacional da Peneda-Gerês (CARAPETO, 1998).

De acordo com TEIXEIRA (2003) em Portugal e em 1983 a Comissão Nacional do Ambiente é extinta dando lugar ao Serviço nacional de Parques, reservas e Conservação da Natureza, sendo fundadas nos anos de 1985 e 1986, respectivamente a Associação Nacional de Conservação da Natureza (QUERCUS), e o Grupo de Estudos do Ordenamento do Território (GEOTA).

Numa tentativa de integrar a EA no ensino, foi publicada em 1986 em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo, que possibilitou, através da formação pessoal e social, a implementação de temáticas como a educação ecológica, e a educação para a saúde, entre outros (CARAPETO, 1998).

MOSCOVO - 1987

Dez anos depois da Conferência de Tbilisi, 300 especialistas de 100 países e observadores da UICN, reuniram-se em Moscovo, em Agosto de 1987, para o Congresso Internacional em Educação e Formação Ambiental, promovido pela UNESCO (IPAMB, 1997).

Segundo a mesma fonte, o Congresso objectivou a discussão das dificuldades encontradas e as acções empreendidas pelas Nações no campo da Educação Ambiental, e a identificação das necessidades e prioridades em relação ao seu desenvolvimento.

Deste modo, chegou-se à concordância de que a educação deveria, simultaneamente, preocupar-se com a promoção da consciencialização, transmissão de informações, desenvolvimento de hábitos e habilidades, promoção de valores, estabelecimento de critérios, padrões e orientações para a resolução de problemas e tomada de decisões. Diante desta avaliação e perspectiva, foram estabelecidas estratégias internacionais para acções no campo da educação e formação ambiental (IPAMB, 1997).

Segundo a mesma fonte, é também neste congresso que são estabelecidas as prioridades da Educação Ambiental para a década de 90.

De acordo com TEIXEIRA (2003), em 1987 que é publicada em Portugal a Lei de Bases do Ambiente (Decreto Lei - DL n.º 11/87) e a Lei das Associações de Defesa do Ambiente (DL n.º 10/87) que concederam as bases para a criação do Instituto Nacional de Ambiente (INAMB), que apoia o desenvolvimento de Projectos de EA e que em 1993 passou a designar-se de Instituto para a Promoção Ambiental (IPAMB).

O INAMB com competências no domínio da formação e informação dos cidadãos, vem incrementar de modo significativo as práticas de EA no nosso país. Estas práticas resultam do apoio e promoção de projectos de EA e de projectos ligados à defesa do património natural e construído, para além do apoio às associações de defesa do ambiente, que passam a desenvolver acções de sensibilização e formação com as escolas. Entre as diversas acções do INAMB destacam-se, a nível da EA, algumas que ainda hoje se mantêm: campanha “Bandeira Azul da Europa para as Praias” e a co-

organização dos Encontros Nacionais de Educação Ambiental, realizados anualmente, desde 1990 (PINTO, 2004).

Em 1990 é criado o Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais, reflexo da importância que o ambiente passa a ter a nível político-governamental, surgindo nesse mesmo ano a primeira Organização Não Governamental (ONG) destinada ao desenvolvimento da EA, a **Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)** tendo realizado em 1995 as I e II Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, de âmbito nacional que se mantêm até aos dias de hoje (PINTO, 2004).

CONFERÊNCIA DO RIO - 1992

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, em Junho de 1992, lançou os desafios fundamentais para tornar permeáveis as políticas dos governos das Nações no próximo Milénio (IPAMB, 1997). Vários documentos foram emanados da Conferência do Rio dos quais se destacam: a Agenda 21, a Convenção sobre o Clima, a Convenção sobre a Biodiversidade e a Declaração do Rio.

Em 1995, em Portugal foi elaborado um Plano Nacional de Política de Ambiente, que inclui um capítulo referente à EA prevendo-se uma articulação entre as políticas sectoriais de educação, ambiente e formação, numa perspectiva de finalidades comuns e responsabilidades partilhadas (PINTO, 2004).

Em 1996, foi assinado um protocolo de cooperação no domínio da EA, entre o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (MAOT) e o Ministério da Educação (ME). Este protocolo pretendia enquadrar acções comuns de âmbito diverso, relativo a projectos escolares de introdução da EA nas orientações curriculares e formação de professores. Em 1997, foi criada a Rede Nacional de Ecotecas com o objectivo de descentralizar o IPAMB (CUNHA ET AL., 1999).

THESSALONIKI - 1997

A Conferência Internacional Ambiente e Sociedade: Educação e Sensibilização do Público para a Sustentabilidade, decorre em Thessaloniki, na Grécia em 1997 onde se aponta a EA como “o primeiro grande investimento para o mundo durável” reafirmando que as advertências e compromissos anunciados em Tbilisi e Moscovo continuam actualizadas e a carecer de melhor diligência, recomendando-se ainda uma intensificação dos programas de formação dos professores em matéria de educação ambiental (TEIXEIRA, 2003).

Em 1998, foi publicada em Portugal, a Lei n.º 35/98 que estabelece o regime das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) e que revoga a Lei das Associações de Defesa do Ambiente (1987). Deste modo, foi introduzido no ordenamento jurídico nacional o conceito de ONGA, que vem substituir o de Associação de Defesa do Ambiente, e harmonizar a terminologia nacional com a utilizada na generalidade das organizações internacionais (ALHO, 2000).

Em 2001 mais uma reestruturação da Lei Orgânica no Ministério do Ambiente faz a fusão do IPAMB com a Direcção-Geral do Ambiente, dando origem ao Instituto do Ambiente (IA), que agrega os serviços destes dois organismos (Decreto-Lei nº 8/2002, de 9 de Janeiro), transferindo-se desta forma todo o investimento feita em EA nos últimos anos (PINTO, 2004).

Em 2002 dá-se a reestruturação do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais passando a denominar-se Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (MCOTA) e em 2003 procede-se a uma reestruturação do Currículo do Ensino Secundário onde se incluem “áreas curriculares não disciplinares” sobre as Novas Tecnologias e Projecto onde poderão ser trabalhados temas de Educação Ambiental (PINTO, 2004).

De acordo com o mesmo autor, através do Decreto-Lei nº 113/2003, de 4 de Junho, aprova-se a orgânica do Instituto do Ambiente concluindo-se o processo de reestruturação do mesmo que, passa a ter um papel de coordenação geral na aplicação das políticas ambientais a nível regional e local. De acordo com o seu Artigo 3º são

atribuições do IA, entre outras: “... promover a **Estratégia Nacional de Educação Ambiental** que garanta a integração das matérias relevantes no sistema e programas de ensino...”.

A sua elaboração, da responsabilidade do Instituto do Ambiente, foi submetido ao parecer do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS) e esteve em discussão pública até 5 de Agosto de 2002. Com a mudança sucessiva de governos e governantes - entre 2002 e 2005 - a aprovação da ENDS e respectivo Plano de Implementação foram sendo adiados, encontrando-se uma nova proposta sujeita à discussão pública anunciada em Junho de 2006. Depois do referido documento ter sofrido várias alterações, em consequência de diferentes orientações políticas, encontramos-nos perante uma necessária mobilização das organizações não governamentais de ambiente e de todos os actores sociais e em especial da área da Educação Ambiental para que os contributos possam reflectir-se em medidas concretas que reforcem a necessidade de uma tão esperada Estratégia Nacional de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, como já constava na respectiva versão anterior da ENDS (PINTO, 2006).

JOANESBURGO – 2002

Dez anos após a Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro, decorreu em Joanesburgo em 2002, a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, cujas recomendações deram origem no mesmo ano à aprovação da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável a decorrer entre 2005 e 2014, de acordo com a Estratégia da CEE/ ONU para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Em Portugal em 2007, é criada a Agência Portuguesa do Ambiente, que resulta da fusão do IA e Instituto dos Resíduos (Decreto – Regulamentar n.º 53/ 2007, de 27 de Abril), que visa criar condições de maior eficácia na gestão das políticas de ambiente e desenvolvimento sustentável (PINTO, 2006).

Ainda segundo o mesmo autor, em 2009 é emitido o Despacho n.º 19191/2009 que refere a criação de um grupo de trabalho com a missão de acompanhar e concretizar as acções previstas no protocolo de cooperação estabelecido entre o Ministério do

Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e o Ministério da Educação. A este grupo de trabalho de educação ambiental para a sustentabilidade cabem entre outras, a tarefa de elaborar uma proposta de definição das bases e linhas estratégicas orientadoras de uma política nacional/agenda para a **educação** ambiental para a sustentabilidade.

ANEXO II

- METODOLOGIAS DE PLANEAMENTO DE AVALIAÇÃO -

12 Steps of Planning a Project Evaluation

Stage I: Planning

- 1 Reiterate the issue, audience, and project objectives
- 2 Establish planning team (including stakeholders, audience, and evaluators)
- 3 Establish the goals and objectives of the evaluation
- 4 Clarify the time frame in which the activities and impacts (outcomes) are expected to occur
- 5 Perform a literature search (to establish benchmarks or standards, if appropriate)
- 6 Select data collection methods and develop questions based on the evaluation goals and objectives

Stage II: Data Collection

- 7 Determine the audience sample
- 8 Design and pilot data collection instrument
- 9 Gather and record data

Stage III: Data Analysis and Reporting

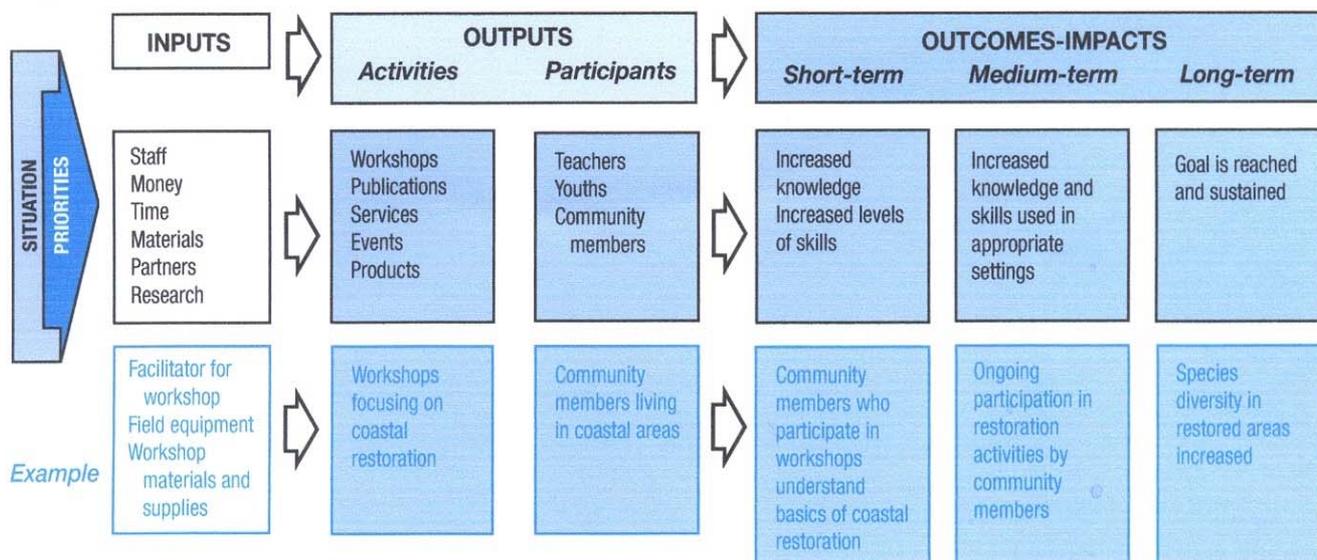
- 10 Perform data analysis
- 11 Manage data
- 12 Synthesize information and create report

FONTE: BARBA ET AL (sem data)

ANEXO III

– MODELO DE DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS -

Logic Model, Evaluation Questions and Indicators



Evaluation Questions: What do you want to know?

Were the inputs sufficient and timely? Did they meet the program goals?	Did all activities occur as intended? What was the quality of the intervention? Was the content appropriate?	Did targeted community members participate? Who did not participate? Who else was researched?	Did knowledge increase? Did understanding of coastal restoration techniques increase? What else happened?	Are community members continuing to participate in restoration activities? Are they participating in other activities?	To what extent has the biodiversity of the targeted coastal area been increased? In what other ways has ecosystem quality increased?
---	--	---	---	--	--

Indicators: How will you know it?

Number of staff; Funds invested; Delivery timetable	Number of workshops scheduled; Publications printed; Number of events	Number of workshops scheduled; Publications printed; Number of events	Number, percent with increased knowledge of coastal restoration; Additional outcomes: +, -	Number, percent using new knowledge and skills to monitor progress of restoration activities; Additional outcomes: +, -	Number of species recovered; Other positive environmental benefits; Additional outcomes: +, -
---	---	---	--	---	---

Adapted from Taylor-Powell, E., Jones, L. & Henert, E. (2002) "Enhancing Program Performance with Logic Models." Retrieved December 1, 2003, from the University of Wisconsin-Extension web site: www.uwex.edu/ces/pdande/evaluation/pdf/WaterQualityProgram.pdf.

FONTE: NSW (2004)

ANEXO IV

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA PROJECTO JOVENS EM MOVIMENTO -

PROJECTO JOVENS EM MOVIMENTO



OBJECTIVO	- Dar continuidade à promoção da ocupação de jovens em tempos livres, na realização de actividades de limpeza, manutenção e sensibilização ambiental em espaços públicos municipais;
LOCAIS DE INTERVENÇÃO	Praias: Torre, Santo Amaro, Paço de Arcos, Caxias Ruas: 1 equipa em cada freguesia do Concelho Jardins: Parque Municipal de Oeiras, Paço de Arcos, Caxias e Algés Viveiros Municipais: Barcarena e Caxias
CALENDARIZAÇÃO	- Campanha de Verão: de 16 Junho a 8 de Setembro Inscrições: 1, 2, 8 e 9 de Maio Formação dos jovens e inicio dos turnos: 16 e 30 de Junho, 14 e 28 de Julho; 11 e 25 de Agosto - Campanha Anual: de 1 de Fevereiro a 30 de Dezembro
HORÁRIO	8H00 – 12H00 equipas de verão e 13H00 – 18H00 equipa anual
RECURSOS HUMANOS	3 Coordenadores; 2 monitores de atelier; 70 Monitores e cerca de 800 Jovens;
MATERIAIS E RECURSOS	Divulgação e sensibilização: posters, manuais do monitor, eco-cinzeiros, folhetos de praia, leques, folhetos jovens Fardamento: luvas, t-shirts, bonés, calções, calças, bolsas de cintura e identificadores Material: sacos para deposição de resíduos, vassouras, vassouras de leque, pás, ancinhos, sachos, camaroeiros, chaves de papelarias, ferros limpa sarjetas, carrinhos de mão, carrinhos de varredura, estojos e material de 1º socorros, pranchetas, embalagens de diluente, máscaras de pó, borrifadores, panos bailarina e esfregões Apoio às actividades: viatura de 9 lugares e viatura itinerante (ateliers e formação dos jovens)
RECURSOS/ CUSTOS	- Recursos humanos – 200.000 € ano - Recursos materiais e divulgação – 25.000 € ano - Viatura de 9 lugares – Custos Internos - Combustível da viatura – 900 €ano

FONTE: RODRIGUES, S. (2009)

ANEXO V

– ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE APLICADA AO PROJECTO JOVENS
EM MOVIMENTO -

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL
MESTRADO EM AMBIENTE, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

COMPONENTES DA SUSTENTABILIDADE		Jovens em Movimento
Parâmetros de Análise		

1.	ECONOMIA	
1.1.	O projecto apoia e torna mais robusta a economia local e impulsiona os produtos e os circuitos económicos locais e regionais?	1
1.2.	O projecto é gerador de empregos e melhora a qualidade do emprego?	3
1.3.	O projecto encoraja a participação dos trabalhadores e melhora as regalias sociais associadas ao emprego?	2
1.4.	O projecto será uma alavanca para aumentar o empreendedorismo e o desenvolvimento de novos processos?	2
1.5.	O projecto melhora a centralidade e atractividade de um local?	0
1.6.	Contribui para a inovação e para a articulação em rede dos actores económicos?	0
1.7.	O projecto reduz o consumo de recursos?	0
1.8.	O projecto reduz a necessidade do transporte de pessoas e bens?	0
Soma da Pontuação		8

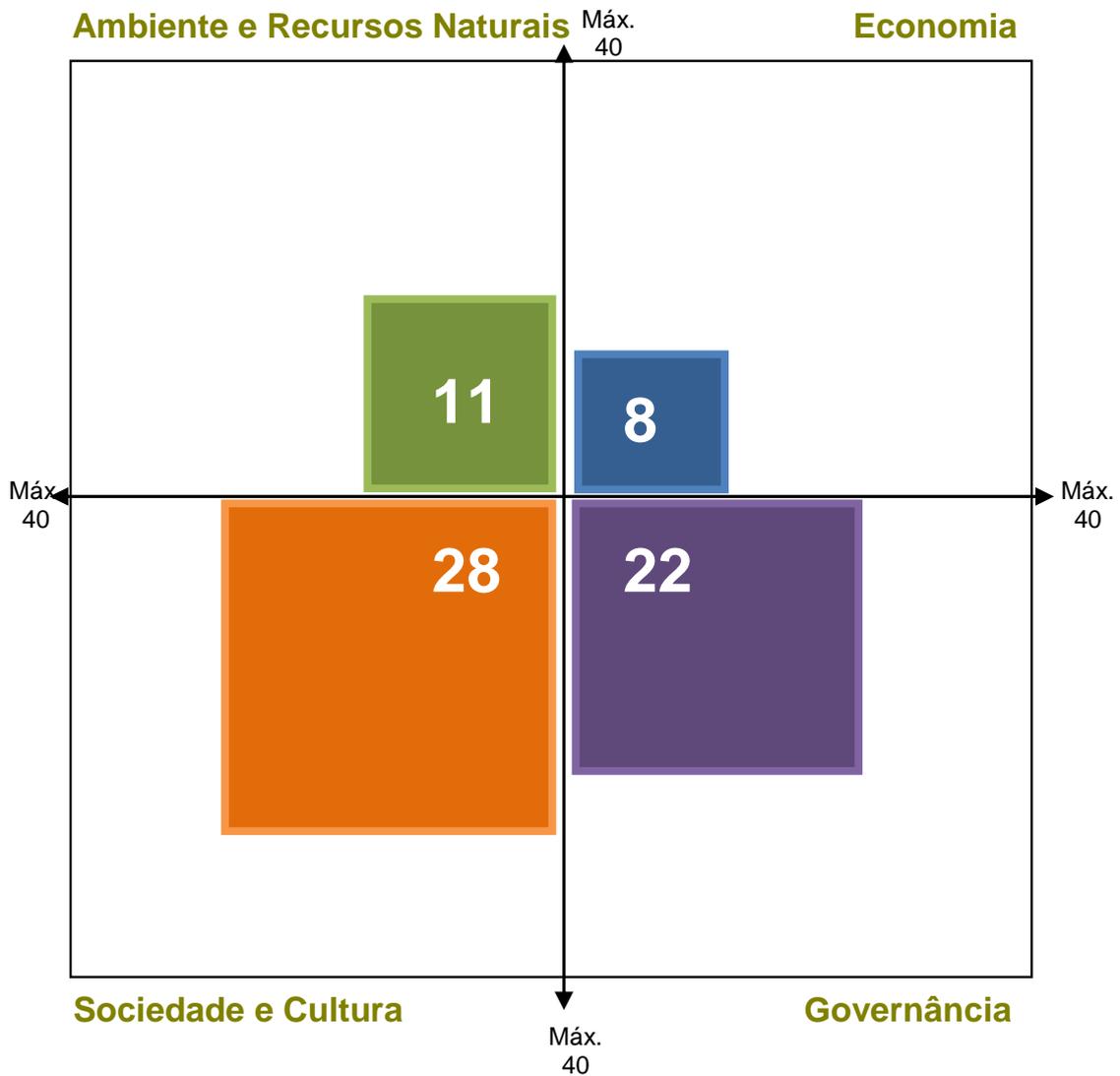
2.	AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	
2.1.	O projecto contribui para beneficiar os espaços naturais nas proximidades das zonas urbanas e apoia a biodiversidade e a qualidade dos habitats naturais?	2
2.2.	O projecto minimiza o consumo de espaço, evita a impermeabilização de solos e evita o crescimento para o exterior das áreas urbanas?	0
2.3.	O projecto previne riscos ambientais e reduz a poluição do ar, da água e dos solos?	2
2.4.	O projecto reduz os níveis de ruído e a exposição da população ao ruído?	0
2.5.	O projecto diminui o consumo de energia e outros recursos não renovável?	0
2.6.	Encoraja a reutilização e reciclagem de materiais?	4
2.7.	O projecto apoia a mobilidade sustentável e reduz a mobilidade desnecessária?	0
2.8.	O projecto minimiza a poluição global (alterações climáticas, biodiversidade, recursos hídricos e outros)?	3
Soma da Pontuação		11

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL
MESTRADO EM AMBIENTE, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

COMPONENTES DA SUSTENTABILIDADE		Jovens Movimento
Parâmetros de Análise		(0 a 5 Valores)
3. SOCIEDADE, TECIDO SOCIAL E CULTURA		
3.1.	O projecto contribui para satisfazer necessidades básicas e combate a pobreza?	3
3.2.	O projecto melhora a qualidade de vida e requalifica o espaço urbano?	5
3.3.	O projecto reforça o acesso aos equipamentos colectivos e aos serviços essenciais?	0
3.4.	O projecto apoia a qualificação dos recursos humanos, a educação e a formação ao longo da vida?	4
3.5.	O projecto promove a participação dos actores locais no seu processo de planeamento e concretização?	4
3.6.	O projecto fomenta a integração de cidadãos e de grupos sociais desfavorecidos, é amigo das famílias e da integração de gerações?	4
3.7.	O projecto apoia o bem-estar dos cidadãos, a saúde, o desporto, o consumo responsável e novas atitudes de cidadania?	5
3.8.	O projecto reduz riscos para o homem, contribui para a prevenção da criminalidade e aumenta a percepção de segurança pela população?	3
Soma da Pontuação		28
4. GOVERNÂNCIA		
4.1.	O projecto promove a imagem de Oeiras como um exemplo de boas práticas de sustentabilidade?	5
4.2.	O projecto fomenta a justiça social e a igualdade de oportunidades?	4
4.3.	O projecto promove a educação para a sustentabilidade e a adopção de estilos de vida sustentáveis?	5
4.4.	O projecto promove as compras públicas ecológicas e fomenta o comércio justo?	0
4.5.	O projecto aplica a melhor prática e tecnologia, serve de modelo para outros projectos e promove a troca de conhecimentos?	4
4.6.	O projecto apoia a cooperação e intercâmbio entre municípios e regiões?	0
4.7.	O projecto promove a comunicação e a cooperação entre os cidadãos e destes com as autoridades locais e outras instituições?	1
4.8.	O projecto promove a participação dos actores locais no seu processo de planeamento e concretização?	3
Soma da Pontuação		22

JOVENS EM MOVIMENTO

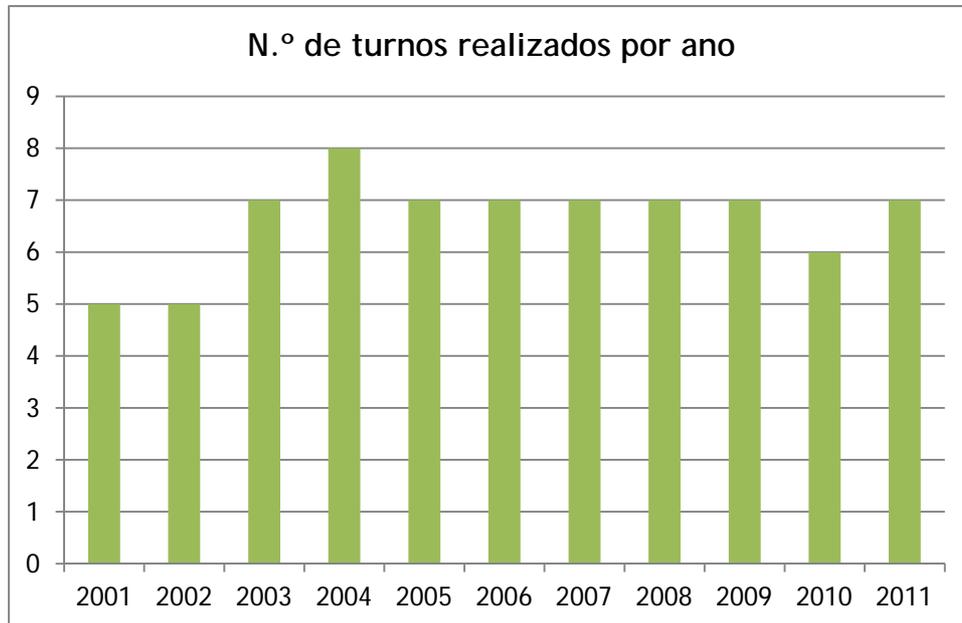
Representação Esquemática de Síntese de Resultados

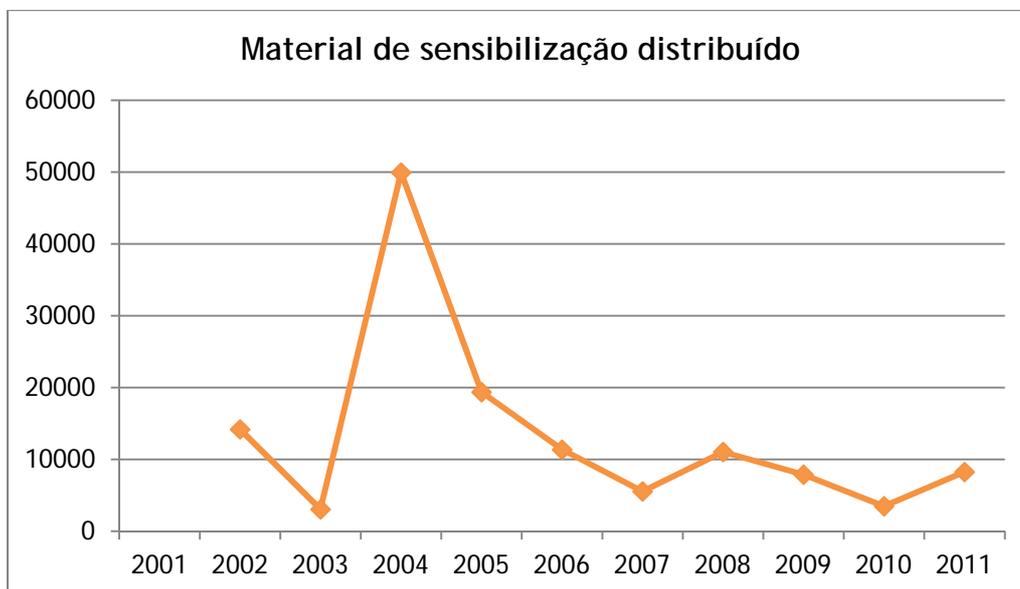


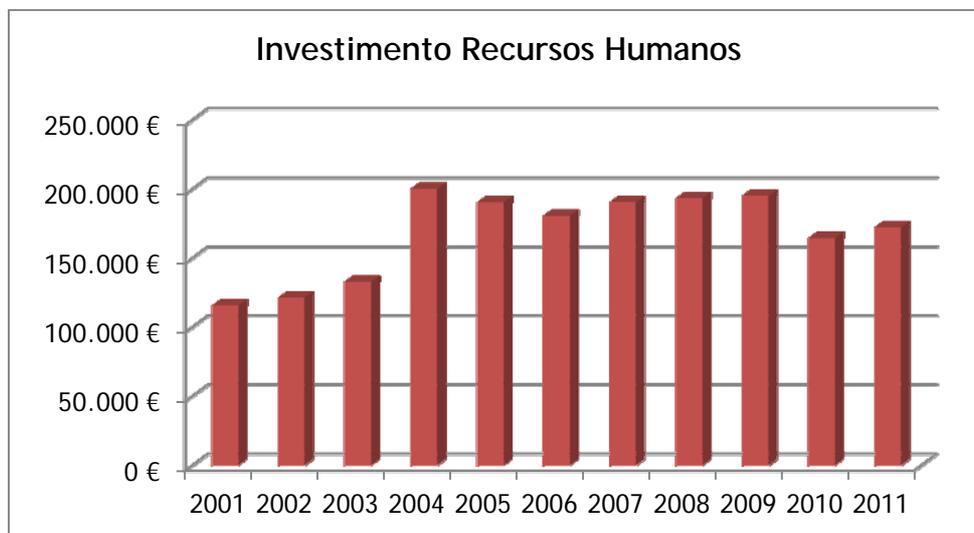
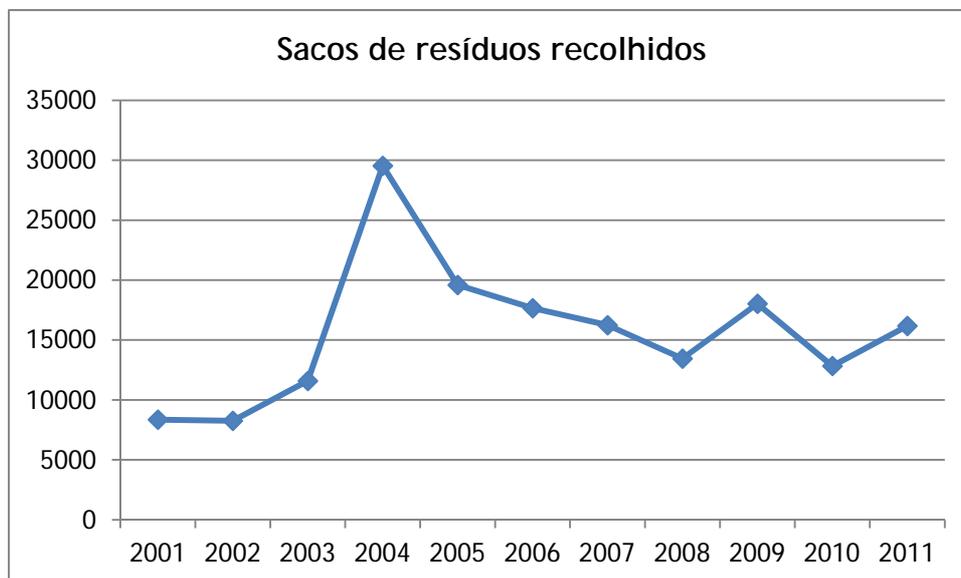
FONTE: GOMES, S., ET ALL (2010)

ANEXO VI

- ANALISE QUANTITATIVA – PJM ÚLTIMA DÉCADA -





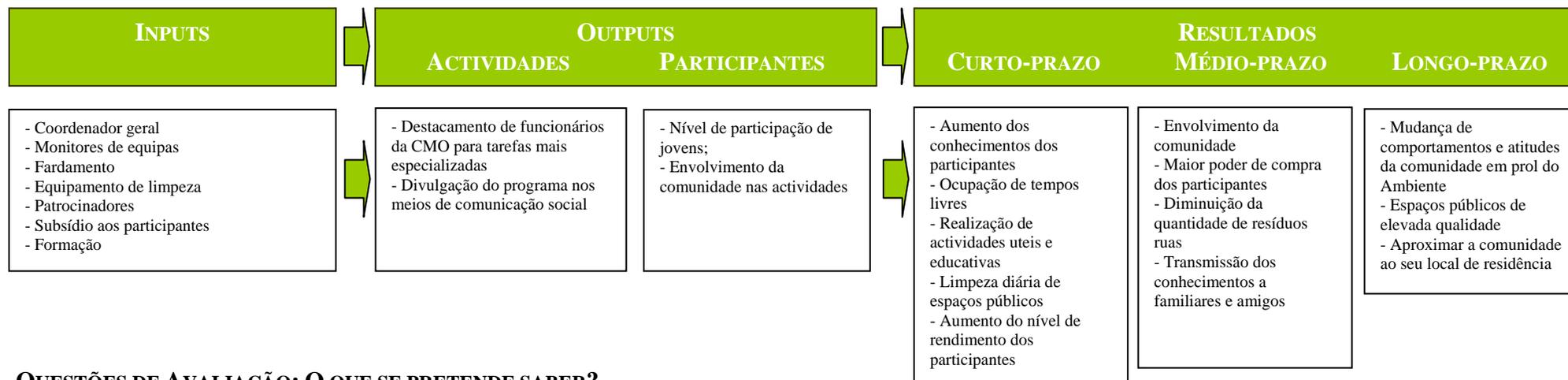


FONTE: CARRONDO, T., (2002); LEITÃO, D., (2002); LEITÃO, D., (2003); LEITÃO, D., (2004); MACEDO, H., (2005); AZEVEDO, A., (2006); MARQUES, N., (2007); MARQUES, N., (2008); MARQUES, N., (2009); MARQUES, N., (2010); PREGUEIRO, T, (2011).

ANEXO VII

– APLICAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO AO PROJECTO JOVENS EM
MOVIMENTO -

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL
MESTRADO EM AMBIENTE, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



QUESTÕES DE AVALIAÇÃO: O QUE SE PRETENDE SABER?

<ul style="list-style-type: none"> - O fardamento adquirido é suficiente? - A verba atribuída para pagamento aos participantes é suficiente? - O equipamento é suficiente e de boa qualidade? - Foi efectuada formação a todos os participantes? - Os objectivos do programa foram alcançados? 	<ul style="list-style-type: none"> - As actividades decorreram como planeado? - Foram divulgadas nos meios de comunicação social? - Foi possível destacar funcionários da CMO para serviços mais especializados? - Qual a percentagem de diminuição de funcionários da CMO em cada Bairro? 	<ul style="list-style-type: none"> - A população alvo participou no projecto? - Quem é que não participou e porquê? 	<ul style="list-style-type: none"> - O conhecimento dos participantes aumentou? - Compreenderam os objectivos do projecto? - Que mudanças se registaram? 	<ul style="list-style-type: none"> - Os participantes continuam a inscrever-se? - A comunidade participa nas actividades? - Regista-se maior limpeza dos espaços? 	<ul style="list-style-type: none"> - De que forma os conhecimentos da comunidade se reflecte no local de residência? - A que níveis?
---	--	---	---	--	--

<ul style="list-style-type: none"> - Equipamento em stock; - Percentagem final do orçamento dispendido face ao orçamento inicial; - Número de participantes por acção de formação; - Faixas etárias dos participantes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de equipas e locais de intervenção; - Número de locais de divulgação e percentagens de resposta por local; - Quantidade de resíduos recicláveis e indiferenciados recolhidos (em toneladas); - Percentagem de funcionários da CMO desafectos a cada bairro em presença das equipas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de participantes; - Percentagem de participantes pela primeira vez; - Número de pessoas afectas ao projecto/com ocupação/ em tempos livres; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas formadas/ qualificadas; - Nível de conhecimentos adquiridos nas acções de formação; - Número de acções de formação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de inscrições face ao número de vagas por local de intervenção e no geral; - Número de solicitações/ esclarecimentos afectos ao projecto e percentagem de resposta; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas com aumento de rendimentos; - Estado de limpeza dos locais de intervenção; - Numero de funcionários da CMO na realização de tarefas de limpeza face ao que existia no inicio do projecto;
--	---	--	---	---	---